

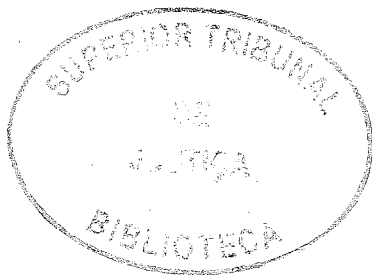
NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO

MESTRE EM DIREITO PÚBLICO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROFESSOR DE PROCESSO CIVIL NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

MEMBRO DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS



AS NORMAS ESCRITAS E OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

O DILEMA DA JUSTIÇA
NAS DECISÕES JUDICIAIS



FORTALEZA-CEARÁ

2005

SUMÁRIO

PARTE I SÍNTESE DA HISTÓRIA DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

1	AS FASES HISTÓRICAS E SUCESSIVAS DO CONCEITO DE PRINCÍPIOS JURÍDICOS	19
1.1	A Fase Jusnaturalista	21
1.1.1	<i>Os chamados primeiros princípios</i>	25
1.1.2	<i>A importância dos brocardos jurídicos</i>	28
1.1.3	<i>A era dos princípios gerais de Direito</i>	31
1.2	A Fase Juspositivista Intermediária	40
1.2.1	<i>A racionalidade juspositivista</i>	47
1.2.2	<i>A legalidade juspositivista e o legalismo</i>	53
1.2.3	<i>O legalismo e a Ciência do Direito</i>	58
1.3	A Fase Atual ou Pós-Positivista	63
1.3.1	<i>Retorno ao jusnaturalismo?</i>	65
1.3.2	<i>O positivismo interpretado</i>	72
	BIBLIOGRAFIA	77

PARTE II OS SISTEMAS JUDICIAIS E A IDÉIA DE CENTRALIZAÇÃO

1	A IDÉIA DE SISTEMA JURÍDICO E AS SUAS CORRELAÇÕES COM O PODER	83
1.1	O Fenômeno do Centralismo do Poder e a Antiga Querela Legalidade vs Equidade	94

1.1.1	<i>O centralismo do poder no Mundo Arcaico</i>	96
1.1.2	<i>O fenômeno do centralismo no Mundo Feudal</i>	98
1.1.3	<i>A ratio centralizante do Estado Moderno</i>	100
1.1.4	<i>O Direito no credo do liberalismo</i>	108
1.2	A Questão Aberta da Exegese Construtiva	113
1.3	Alguns Contrapontos Sistêmicos Históricos	119
1.4	Os Formatos e os Modelos Legais de Jurisdição	123
BIBLIOGRAFIA		130

PARTE III

A APLICAÇÃO JUDICIAL DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

1	O ALCANCE E O SENTIDO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	135
1.1	A Função e os Propósitos da Interpretação dos Princípios ...	147
1.2	Os Princípios Constitucionais Implícitos e os Decorrentes ...	157
2	A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS CONFORMEA CONSTITUIÇÃO	160
2.1	A Interpretação Conforme a Constituição como Método de Interpretação Jurídica	163
2.2	A Interpretação Conforme a Constituição como Macro-Princípio Constitucional	167
2.3	A Interpretação Conforme a Constituição como Técnica de Efetivação Constitucional	169
3	A MODERNA DOUTRINA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	170
3.1	O Macro-Princípio da Supremacia Constitucional ...	173

3.2 O Princípio Constitucional da Proporção Aplicativa	176
3.3 O Princípio Constitucional da Interpretação Razoável ...	179
BIBLIOGRAFIA	182

PARTE IV

O CONTEÚDO JURÍDICO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

1 INTRODUÇÃO	187
2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO E DO SIGNIFICADO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ...	189
3 TRANSCENDÊNCIAS NORMATIVAS DO INSTITUTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.	197
4 AS GARANTIAS DO PROCESSO PENAL NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	204
5 POTENCIALIDADES DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988.	210
6 PRINCIPAIS FORMAS DE CONCREÇÃO DO INSTITUTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	217
BIBLIOGRAFIA	225
BIBLIOGRAFIA GERAL	229